



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

## Estado do Paraná

Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 - FONE: (43) 3538 8100  
CNPJ - 76.235.761/0001-94

### DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PRESCRIÇÃO - DCT Nº. 026/2024

Andirá, 13 de dezembro de 2024.

**Ref.:** Processo nº 2332/2024, no qual o requerente, sr<sup>a</sup>. Rita de Fátima Gomes, CPF nº \*\*\*.983.\*\*\*-34, solicita a “*Prescrição dos débitos tributários referentes ao períodos de “2002, 2003, 2004, 2005”, “reparcelados em dívida 55”, “2005 dívida 4 e 2006, dívidas 04 e 05”*”.

A contribuinte supracitada requereu o instituto da prescrição tributária<sup>1</sup>, o qual ocorre quando não há propositura de ação de execução fiscal pela fazenda pública dentro do prazo estabelecido pelo Código Tributário Nacional – CTN<sup>2</sup>.

O prazo para que se promova a ação de execução fiscal é de cinco anos, contados da data da constituição definitiva do crédito tributário. E, por constituição definitiva do crédito tributário, considera-se o momento em que a constituição do lançamento não puder mais ser discutida na via administrativa<sup>3</sup>.

Quanto objeto desta análise foi identificado que no cadastro da contribuinte em referência constam créditos tributários vencidos e não pagos relativos às Taxas de Fiscalização do Cumprimento das Normas Administrativas Acerca do uso e Ocupação do Solo Urbano, da Higiene, Saúde, Segurança, Ordem e Tranquilidade Pública e de Fiscalização Sanitária<sup>4</sup>, do período de 2005, parcelamento dívida 55 e 2006, conforme relatório exposto a seguir.

---

<sup>1</sup> Art. 156. Extinguem o crédito tributário:  
V - a prescrição e a decadência;

<sup>2</sup> Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.

<sup>3</sup> STJ 622 - A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

## Estado do Paraná

Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 - FONE: (43) 3538 8100  
CNPJ - 76.235.761/0001-94

**Figura I – Relatório Débito x Contribuinte**

Exercício	Dív.	Descrição	Sub	Parc.	Vencimento	Valor Principal	Acréscimos	Total	Situação
2005	4	ALVLC	0	1	07/10/2005	82,00	352,57	434,57	N.O.D.A.D.A
2005	55	REPMOB	0	1	10/09/2005	10,03	43,43	53,46	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	0	2	10/10/2005	10,03	43,13	53,16	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	0	3	10/11/2005	10,03	42,85	52,88	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	0	4	12/12/2005	10,03	42,61	52,64	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	0	5	10/01/2006	10,03	42,33	52,36	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	0	6	10/02/2006	10,03	42,01	52,04	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	0	7	10/03/2006	10,03	41,82	51,85	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	0	8	10/04/2006	10,03	41,57	51,60	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	0	9	10/05/2006	10,03	41,36	51,39	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	9	1	10/09/2005	28,11	121,70	149,81	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	9	2	10/10/2005	28,11	120,87	148,98	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	9	3	10/11/2005	28,11	120,10	148,21	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	9	4	12/12/2005	28,11	119,39	147,50	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	9	5	10/01/2006	28,11	118,61	146,72	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	9	6	10/02/2006	28,11	117,78	145,89	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	9	7	10/03/2006	28,11	117,24	145,35	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	9	8	10/04/2006	28,11	116,48	144,59	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	9	9	10/05/2006	28,11	115,92	144,03	N.O.R.D.A.R
2005	55	REPMOB	9	10	12/06/2006	28,11	115,21	143,32	N.O.R.D.A.R
2006	4	ALVLC	0	1	03/03/2006	96,50	402,42	498,92	N.O.D.A.D.A
2006	5	VIGSN	0	1	03/03/2006	55,00	229,36	284,36	N.O.D.A.D.A

De forma imprescindível, a contribuinte apresentou a via original da Certidão emitida pelo Distribuidor Judicial (anexo), com data de 12/06/24, a qual atesta NADA CONSTAR, porém com registros de processos conforme CDA's 0397/2012, 0876/2015, 163/2019 e 48/2022 para o contribuinte em questão. Todavia, foram verificadas e identificado que não constam as dívidas para o período objeto deste requerimento, bem como houve a quitação total dos débitos existentes para o cadastro mobiliário e para as demais CDA's são de cadastro imobiliário (IPTU).

Diante do exposto, este Fisco Municipal vê, no presente caso, defeso o direito Municipal de ingressar na esfera judicial no propósito de ter esses créditos tributários adimplidos, fundamentado no instituto da prescrição, e, dessa forma DEFERE<sup>5</sup> o pleito do contribuinte e, seguidamente, providencia a baixa dos créditos prescritos.

<sup>4</sup> II - É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segundo o qual a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, que, nos casos de lançamento de ofício, ocorre quando já não caiba recurso administrativo ou quando se haja esgotado o prazo para sua interposição. (...) V – Agravo Interno improvido. (STJ - AgInt no REsp nº 1.558.016/PR. DJe 12/08/16)

<sup>5</sup> "...créditos prescritos não podem sequer ser cobrados administrativamente e nem mesmo recebidos pelo fisco..." Francisco Ramos Mangieri, Manual do Fiscal Tributário, pág. 114.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ**  
**Estado do Paraná**

Rua Mauro Cardoso de Oliveira, 190 - FONE: (43) 3538 8100  
CNPJ - 76.235.761/0001-94

---

Fábio Biancardi Baldini  
Diretor do Departamento de Tributação

Ione Elisabeth Alves Abib  
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Andirá